



ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

1 Às 09h00 do dia 11 de junho de 2021, por meio de videoconferência, pela plataforma Meetings
2 do Google, deu-se início à 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas
3 (CGFLOP), presidida pela Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente,
4 Sra. Maria Beatriz Palatinus Milliet.

5 Estiveram presentes os membros: Maria Beatriz Palatinus Milliet (Secretária de Biodiversidade
6 e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e Presidente da CGFLOP), Pedro Alves Correa Neto
7 (Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro e Vice-Presidente da CGFLOP), Fabiana Villa Alves
8 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Elvison Nunes Ramos (Ministério da
9 Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (Ministério
10 da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC), André Freddo (Instituto Nacional de
11 Colonização e Reforma Agrária – Incra), Bruno Machado Teles Walter (Empresa Brasileira de Pesquisa
12 Agropecuária - Embrapa), Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro (Associação Brasileira de Entidades
13 Estaduais de Meio Ambiente – Abema), Mário Augusto de Campos Cardoso (Confederação Nacional da
14 Indústria – CNI), Renata Medeiros dos Santos (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Leônidas
15 Dahás Jorge de Souza (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Deryck Martins (Confederação
16 Nacional da Indústria – CNI), Hélica Araújo Silva (Confederação Nacional dos Trabalhadores na
17 Agricultura – Contag), Manuel Almeida Amaral Neto (Instituto Internacional de Educação do Brasil –
18 IEB), Leonardo Martin Sobral (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - Fboms), Maria
19 Jocicleide Lima de Aguiar (Rede Acreana de Mulheres e Homens - Grupo Trabalho Amazônico), CMG
20 (Refº) Paulo Cezar Garcia Brandão (Ministério da Defesa – MD), Cel (EB) R1 Francisco Djalma Cese
21 da Silva (Ministério da Defesa – MD), Gustavo Bediaga de Oliveira (Instituto Brasileiro do Meio
22 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama).

23 Representando o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), estiveram presentes: Paulo Henrique
24 Marostegan Carneiro (Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento), Cristina Galvão Alves
25 (Coordenadora-Geral de Concessão Florestal) e José Humberto Chaves (Coordenador-Geral de

26 Monitoramento e Auditoria Florestal).
27 Como ouvintes: Iranilda Morais (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado
28 do Pará - Ideflor Bio), Evandro José Mulhbauer (Confederação Nacional da Indústria – CNI), Daniel
29 Bentes (Confloresta) e Marlova Schmaedecke (Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal).

30

31 **A SRA. MARIA BEATRIZ PALATINUS MILLIET** (Presidente da Comissão - Secretária de
32 Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente), após confirmação do quórum,
33 cumprimentou a todos, agradecendo a participação dos representantes. Em seguida, solicitou ao Sr. Pedro
34 Alves Corrêa Neto que conduzisse a 39ª Reunião Ordinária da CGFLOP, dada a necessidade de sua
35 participação em outro evento simultâneo.

36

37 **O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO** (Diretor-Geral/SFB e Vice-Presidente da CGFLOP), após
38 delegação da Presidente da Comissão, cumprimentou os presentes e deu início às atividades previstas,
39 começando pela leitura da Ata da 38ª Reunião Ordinária da CGFLOP, cujo texto prévio havia sido
40 encaminhado, por e-mail, para apreciação dos representantes da Comissão. Pedro Alves comunicou o
41 recebimento de 2 (duas) contribuições, por parte do Sr. Bruno Walters (EMBRAPA) e Mário Cardoso
42 (CNI), tendo sido ambas incorporadas ao texto final da Ata da 38ª Reunião Ordinária. Assim, dada a
43 inexistência de novas manifestações, Pedro Alves registrou a aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária
44 da CGFLOP. Na sequência, Pedro Alves ressaltou seu entusiasmo com a pauta das concessões florestais
45 e o potencial da economia florestal, neste contexto. O Diretor-Geral enfatizou que, ao consultar o Plano
46 Anual de Outorga Florestal em vigor (Paof 2021), visualizou uma tendência muito positiva para o setor
47 florestal, enfatizando que a concessão florestal possibilita a utilização racional e sustentável de
48 importantes e sensíveis áreas florestais, aliada à promoção de componentes fundamentais ao exercício
49 da cidadania, como ganho de dignidade e melhoria na qualidade de vida das populações relacionadas à
50 agenda das concessões florestais. Finalizando a parte introdutória da 39ª Reunião Ordinária da CGFLOP,
51 Pedro Alves, em nome do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), convidou os
52 membros ali presentes a participarem, no dia 16 de junho de 2021, às 10h00, da cerimônia “Apresentação
53 da Agenda de Economia Florestal e Estruturação de Projetos de Concessão Florestal”, que marca a
54 contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização de
55 estudos de estruturação de editais para concessão florestal, ressaltando que tal iniciativa repercutirá em
56 significativa aceleração na agenda das concessões florestais. Em seguida, Pedro Alves anunciou o
57 primeiro Tema de Pauta: apresentação da proposta do Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) de 2022.

58 **1º TEMA DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO ANUAL DE**
59 **OUTORGA FLORESTAL (PAOF) DE 2022**
60

61 **A SRA. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Coordenadora-Geral/SFB) apresentou a proposta do
62 Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) 2022. Cristina Galvão informou, inicialmente, os
63 conceitos, marco legal, vigência e metodologia de elaboração do Paof. A Coordenadora-Geral
64 relatou as instâncias de consulta obrigatória e as manifestações já recebidas destas entidades.
65 Cristina Galvão destacou que a agenda de concessões florestais se mantém no Portfólio de Projetos
66 Estratégicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tendo recebido,
67 ainda, nova priorização, com a assinatura de Termo de Compromisso de Resultado Prioritário. A
68 Coordenadora-Geral reforçou a instituição de parceria entre o Serviço Florestal Brasileiro e o
69 BNDES, para a estruturação de novos editais de concessão florestal. Cristina Galvão informou a
70 edição da Portaria Interministerial MAPA/ME 7, de 30 de dezembro de 2020, que estabelece os
71 procedimentos administrativos do repasse, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) de áreas
72 de floresta pública ao Serviço Florestal Brasileiro, com a finalidade da implementação das
73 concessões florestais. Iniciando a apresentação sobre o conteúdo da Proposta do Paof 2022, Cristina
74 Galvão informou que, como inovação, foram consultados o BNDES e a Superintendência da Zona
75 Franca de Manaus (Suframa). Na sequência, a Coordenadora-Geral apresentou a relação de 16
76 (dezesesseis) capítulos que compõem o Paof 2022. Cristina Galvão discorreu sobre os critérios de
77 seleção de Florestas Públicas Federais passíveis de concessão, reiterando as informações sobre a 1ª
78 etapa de filtros (que contempla a exclusão das florestas de dominialidade estadual e municipal), 2ª
79 etapa (com a exclusão das florestas federais, com restrições legais para a prática das concessões
80 florestais), 3ª etapa (exclusão das áreas de florestas sob regime de concessão), 4ª etapa (exclusão
81 das florestas destinadas, que não atendem a requisitos legais, durante a vigência do Paof 2022) e 5ª
82 etapa (inclusão de Florestas Públicas Federais não destinadas, com interesse para implementação
83 das concessões florestais). Como resultado da seleção final de florestas públicas incluídas no Paof
84 2022, obteve-se uma relação, para a Amazônia Legal, de 6 (seis) glebas públicas não destinadas e
85 14 (quatorze) Florestas Nacionais, cujo Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC) já
86 tenha sido aprovado ou com previsão de publicação. Para as regiões Sul e Sudeste, foram mantidas
87 as 5 (cinco) Florestas Públicas Federais, selecionadas para o Paof 2021. Cristina Galvão destacou
88 que a proposição das novas glebas públicas observou o requisito da adjacência às áreas onde o
89 Serviço Florestal Brasileiro já possui uma agenda implementada para as concessões florestais

90 federais. Como exemplo, Cristina Galvão citou as Glebas Monte Cristo e Guariba, próximas à
91 Floresta Nacional de Jatuarana, que por sua vez trata-se de área inserida no âmbito do Programa de
92 Parcerias de Investimentos (PPI). Com relação às regiões Sul e Sudeste, Cristina Galvão destacou
93 o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) aberto para recepção de estudos técnicos, que
94 subsidiarão a elaboração do edital de concessão florestal da Floresta Nacional de Capão Bonito, em
95 São Paulo. Cristina Galvão discorreu sobre a estimativa de produção de 2 a 3 milhões de metros
96 cúbicos de madeira em tora, por ano, das florestas públicas federais selecionadas para o Paof 2022.
97 Acerca da participação no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a Coordenadora-Geral
98 informou que as Florestas Nacionais de Humaitá, Iquiri, Jatuarana, Pau-Rosa, Balata-Tufari e
99 Castanho, todas localizadas no estado do Amazonas, foram qualificadas a participar do Programa
100 por meio de dois Decretos Presidenciais, a saber, Decreto nº 10.339, de 6 de maio de 2020 e Decreto
101 nº 10.676, de 16 de abril de 2021. Sobre a parceria estabelecida com o BNDES, Cristina Galvão
102 destacou a divisão das Florestas Nacionais contempladas em dois grupos: Bloco 1, que inclui a
103 recuperação da vegetação nativa das Flonas da Região Sul e Bloco 2, voltado ao manejo florestal
104 sustentável das florestas selecionadas na Região Amazônica. Foram mantidos, para o Paof 2022, os
105 mesmos mecanismos de acessibilidade previstos no ano anterior: categorização do porte das
106 Unidades de Manejo Florestal (UMF) em pequenas, médias e grandes e a obrigatoriedade de
107 inclusão de, pelo menos, uma UMF pequena em cada lote a ser submetido a processo de licitação
108 para concessão florestal. Cristina Galvão ressaltou que o Serviço Florestal Brasileiro considerou,
109 durante a elaboração da Proposta do Paof 2022, as áreas de convergência com as concessões de
110 outros setores, tendo sido consultadas as Agências Reguladoras e órgãos responsáveis, para que se
111 manifestassem sobre a relação de florestas públicas elegíveis e de interesse para concessão florestal
112 federal. Cristina Galvão discorreu ainda sobre a consulta realizada junto aos órgãos responsáveis
113 por políticas setoriais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Nacional de
114 Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Superintendência de
115 Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), bem como sobre as devolutivas destas entidades. Por fim,
116 Cristina Galvão reforçou que a versão preliminar do Paof 2022 foi submetida à Consulta Pública
117 em 01/06/2021, estando disponível ao recebimento de contribuições até o dia 15/06/2021. O Diretor
118 Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Pedro Alves Correa Neto, abriu espaço para perguntas e
119 contribuições acerca da proposta do Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) de 2022.

120
121 **O Sr. LUIZ HENRIQUE MOURÃO DO CANTO PEREIRA** (Ministério da Ciência, Tecnologia,

122 Inovações e Comunicações –MCTIC) e o **Sr. FRANCISCO ITAMAR GONÇALVES MELGUEIRO**
123 (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema) questionaram a
124 possibilidade de dilação do prazo máximo para recebimento das contribuições ao Paof 2022, visando
125 maior aprofundamento e análise crítica quanto ao texto proposto, por parte dos representantes da
126 CGFLOP.

127

128 **O Sr. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO** (Diretor de Concessão Florestal e
129 Monitoramento) respondeu que a proposta de prorrogação da Consulta Pública seria avaliada, ressaltando
130 que o estabelecimento deste período deve observar o prazo máximo para publicação da versão final do
131 Paof, qual seja, 31/07/2021.

132

133 **O Sr. BRUNO MACHADO TELES WALTER** (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -
134 Embrapa) questionou se estava correta a indicação, como critério para seleção das Florestas Públicas
135 passíveis de concessão florestal em 2022, o prazo previsto de conclusão dos Planos de Manejo da
136 Unidade de Conservação (PMUC) para dezembro de 2020. Bruno Walter perguntou se, caso a previsão
137 correta fosse dezembro de 2021, como o Serviço Florestal Brasileiro faria, se constatado algum conflito
138 (citando como exemplo a Flona de Caçador).

139

140 **A Sra. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Coordenadora Geral/ SFB) respondeu que o prazo indicado em
141 sua apresentação - de conclusão dos PMUC para dezembro de 2020 - estava correto. Cristina Galvão
142 informou que apenas 3 (três) PMUC encontravam-se nesta situação: o da Flona de Anauá, Flona Roraima
143 e Flona do Iquiri. A Coordenadora ressaltou que tais Planos de Manejo encontravam-se preliminarmente
144 aprovados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que realiza toda
145 análise técnica do zoneamento. Entretanto, por estarem em Zona de Fronteira, é necessário que estes
146 PMUC sejam submetidos à consulta do Conselho de Defesa Nacional (CDN), antes de sua publicação.
147 Portanto, o ICMBio estava aguardando manifestação do CDN para aprovação final e publicação destes
148 Planos. Quanto à Flona de Caçador, que já tem PMUC publicado, Cristina esclareceu que, durante a
149 consulta para elaboração da proposta do Paof 2022, o ICMBio recomendou que seja considerada a
150 possibilidade de eventual atualização/revisão do atual Plano de Manejo, antes do início da estruturação
151 do edital para concessão florestal.

152

153 **O Sr. LEONARDO MARTIN SOBRAL** (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - Fboms)

154 parabenizou o Serviço Florestal Brasileiro pela versão preliminar do Paof 2022, ressaltando a
155 criteriosidade do texto proposto e a elaboração, bastante pautada na análise técnica. Leonardo Sobral
156 questionou qual seria a estratégia para implementação das concessões florestais federais nas florestas
157 públicas não inseridas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), registrando que tem
158 acompanhado, ao longo do tempo, que a implementação não tem seguido o mesmo ritmo demonstrado
159 na proposição das áreas passíveis de concessão florestal. Leonardo Sobral finalizou sua contribuição,
160 parabenizando a evolução da inclusão de áreas não-destinadas no Paof, dada a constatação do avanço do
161 desmatamento nestas áreas.

162

163 **O Sr. PEDRO ALVES CORREA NETO** (Diretor Geral/ SFB) respondeu que um dos desafios do
164 Serviço Florestal Brasileiro, no momento, era criar uma dinâmica de interação, visto que uma parte da
165 carteira de florestas passíveis de concessão florestal encontra-se inserida no Programa de Parcerias de
166 Investimentos (PPI) e outra parte não. Pedro Alves ressaltou que o objetivo é que ocorra um grande
167 aprendizado, com a evolução destas duas realidades paralelamente, sem que haja redução na velocidade
168 da implementação das concessões florestais em uma carteira de florestas, em detrimento de outras,
169 inseridas no PPI. Pedro Alves destacou, como exemplo, o avanço para implementação da concessão
170 florestal na Floresta Nacional do Amana, atualmente submetida ao processo de Consulta Pública, apesar
171 de não inserida no PPI.

172

173 **O Sr. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO** (Diretor de Concessão Florestal e
174 Monitoramento) complementou, reiterando a existência de 3 (três) estratégias de impulso à agenda das
175 concessões florestais naquele momento: a formalização de contrato com o BNDES, para modelagem de
176 editais de licitação para concessão florestal; a qualificação de florestas públicas, como projetos
177 prioritários do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), bem como a estruturação direta dos editais
178 de concessão florestal, pelo Serviço Florestal Brasileiro. O Diretor informou ainda que, para além destas
179 frentes de trabalhos, a Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento tem participado ativamente dos
180 ciclos de revisão da Lei Federal nº 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas), citando duas
181 alterações que irão aperfeiçoar, sobremaneira, o processo das concessões florestais: a periodicidade de
182 publicação do Paof e a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento das propostas, que
183 permitirá a redução dos prazos de conclusão dos processos licitatórios.

184

185 **O Sr. MANUEL ALMEIDA AMARAL NETO** (Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB)

186 parabenizou a evolução na qualidade da formulação, riqueza de informações e apresentação da proposta
187 do Paof. Em sua contribuição, Manuel Amaral destacou a importância de estruturação de uma agenda,
188 dentro do Serviço Florestal Brasileiro, com ações estratégicas que impulsionem a realização do manejo
189 florestal por comunitários. Manuel Amaral perguntou ainda quais os tipos de diálogos poderiam ser
190 estabelecidos com órgãos setoriais, a exemplo do Incra, não somente para o engajamento na elaboração
191 do Paof, como também para a viabilização da execução das concessões florestais pelas comunidades.

192

193 **A Sra. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Coordenadora Geral/SFB) esclareceu que o Paof é um
194 instrumento de planejamento das concessões florestais federais, não incluindo, pela sua natureza, ações
195 para promoção do manejo florestal comunitário. Cristina Galvão enfatizou a recente reestruturação
196 organizacional do Serviço Florestal Brasileiro, que permitirá a retomada da agenda do manejo florestal
197 comunitário, sobretudo pela criação da Diretoria de Desenvolvimento Florestal, onde serão
198 reestabelecidas as interfaces com outros Órgãos e Secretarias, necessárias para a evolução desta
199 demanda.

200

201 **O Sr. DERYCK MARTINS** (Confederação Nacional da Indústria – CNI) registrou a constatação sobre
202 a qualidade da proposta do Paof 2022, destacando, entretanto, sua preocupação quanto ao item “Produção
203 Florestal das Áreas sob Concessão”. Deryck Martins comentou que, não obstante o incremento na
204 produção madeireira, que possibilitou o alcance do total de 263,5 mil metros cúbicos de madeira
205 produzida em 2020, estes números mostram-se aquém da demanda exigida pelo mercado, sendo
206 necessários ainda em torno de 70 (setenta) anos para que se tenha um volume significativo. Deryck
207 Martins ressaltou, por fim, que reconhece as dificuldades e esforços envidados pelo Serviço Florestal
208 Brasileiro para implementação das concessões florestais, mas que é necessário viabilizar o aumento da
209 produção.

210

211 **O Sr. PEDRO ALVES CORREA NETO** (Diretor Geral/ SFB) argumentou que é necessária a
212 visualização do Paof como instrumento de indicação de tendências favoráveis, destacando que é
213 fundamental a participação de todos os representantes daquela Comissão para a criação de um ambiente
214 positivo, que favoreça o avanço das concessões florestais. Pedro Alves registrou que, para que haja
215 representatividade em termos de mercado florestal, é necessária a aceleração da agenda de
216 implementação das concessões florestais e, também, que sejam arregimentados novos adeptos, sendo
217 imprescindível a participação dos membros da CGFLOP neste quesito.

218 **O Sr. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO** (Diretor de Concessão Florestal e
219 Monitoramento) informou a todos sobre a extensão do prazo de recebimento de contribuições pelos
220 membros da CGFLOP sobre Paof 2022, até o dia 25/06/2021, atendendo ao pleito apresentado por
221 representantes da Comissão.

222

223 **O Sr. PEDRO ALVES CORREA NETO** (Diretor-Geral/SFB) – Declarou, para fins de registro, que a
224 Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) se reuniu na data de 11/06/2021 e cumpriu o
225 previsto no Art. 10 da Lei de Gestão de Florestas Públicas, especialmente do seu parágrafo 1º, fazendo
226 apreciação do Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) 2022, colocado em regime de consulta. Não
227 havendo manifestações em contrário, foi dada a aprovação do documento.

228

229 **2º TEMA DE PAUTA: SITUAÇÃO DOS EDITAIS DE CONCESSÃO FLORESTAL EM**
230 **ANDAMENTO**

231

232 **O Sr. JOSÉ HUMBERTO CHAVES** (Coordenador-Geral de Monitoramento e Auditoria Florestal)
233 iniciou a apresentação do Informe, discorrendo sobre o andamento dos estudos técnicos que subsidiam a
234 elaboração dos editais de concessão florestal. José Humberto ressaltou a contratação dos estudos de
235 inventário florestal amostral de 8 (oito) florestas públicas e a contratação dos estudos de logística e
236 mercado de 7 (sete) florestas públicas. O Coordenador-Geral informou a conclusão de estudos de
237 antropismo, com a caracterização dos históricos de ocupação no entorno e, eventualmente, dentro das
238 florestas públicas, até o ano de 2019. Estes estudos serão oportunamente atualizados, à medida que a
239 estruturação dos editais de concessão florestas forem avançando. José Humberto destacou que a situação
240 da pandemia do COVID-19 tem dificultado a realização de muitos dos estudos contratados, dadas as
241 restrições de acesso. José Humberto informou que, somando todos os produtos em andamento, tem-se
242 aproximadamente 2,6 milhões de hectares de florestas públicas, na região amazônica, submetidos à
243 realização de estudos e levantamentos prévios aos editais de concessão florestal. Com relação às Florestas
244 Nacionais da Região Sul, José Humberto informou a relação de 18 (dezoito) estudos contratados,
245 relacionados a cada uma das Flonas de Irati, Chapecó e Três Barras. Dentre estes estudos, estão
246 “Avaliação comercial e estudo de demanda”, “Análises de métodos de precificação” e “Inteligência de
247 Mercado e potenciais investidores”. Finalizando sua apresentação, José Humberto relatou a situação atual
248 da concessão florestal na Floresta Nacional do Capão Bonito, em São Paulo. O Coordenador-Geral
249 informou o lançamento, em janeiro de 2021, de um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)

250 para recebimento de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira para a exploração de produtos
251 madeireiros, não-madeireiros e serviços de visitação na Flona do Capão Bonito. José Humberto informou
252 que 4 (quatro) empresas/consórcios apresentaram solicitação para apresentação dos cadernos, com os
253 estudos, tendo sido a autorização emitida em abril/2021, pelo Serviço Florestal Brasileiro. O prazo
254 estipulado para apresentação destes estudos é agosto/2021, quando terá início a etapa de estruturação do
255 edital de concessão florestal.

256

257 **3º TEMA DE PAUTA: EDITAL DE CONCESSÃO FLORESTAL DA FLONA DO AMANA –**
258 **LOTE III**

259

260 **O Sr. PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO** (Diretor de Concessão Florestal e
261 Monitoramento), iniciando sua apresentação, informou a realização das Audiências Públicas para
262 apresentação da Proposta de Edital de Licitação para concessão florestal da Floresta Nacional do Amana
263 (Lote III). As audiências ocorreram nos dias 20/05/2021 e 21/05/2021, respectivamente, nos municípios
264 de Jacareacanga e Itaituba, estado do Pará. Devido à situação da pandemia do COVID-19, as audiências
265 foram realizadas em modo híbrido, sendo transmitidas pela internet e também com a alocação de salas
266 para transmissão local, permitindo a participação de cidadãos sem acesso à rede mundial de
267 computadores. Paulo Carneiro relatou o panorama atual das concessões florestais federais, com um total
268 de 1 milhão de hectares sob concessão, em 6 (seis) florestas nacionais. O Diretor informou a produção
269 acumulada, entre os anos de 2010 e 2020, de um total de 1,4 milhão de metros cúbicos de madeira em
270 tora, que correspondem a aproximadamente R\$ 110 milhões arrecadados, a partir dos pagamentos
271 efetuados pelos concessionários florestais. Paulo Carneiro informou que, para o ano de 2021, tem-se a
272 estimativa de arrecadação de aproximadamente 32 milhões de reais. Neste ponto, reiterou que parte dos
273 valores arrecadados são destinados aos estados e municípios onde se localizam as Unidades de Manejo
274 Florestal (UMF), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e ao Instituto Chico Mendes
275 de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em atendimento aos ditames da Lei Federal nº
276 11.284/2006. Paulo Carneiro informou a disponibilidade de, aproximadamente, R\$ 11 milhões aos
277 estados (Pará e Rondônia) e R\$ 12 milhões a municípios beneficiários desta destinação. O Diretor relatou
278 as dificuldades encontradas pelo Serviço Florestal Brasileiro para efetivação deste repasse, dada a
279 necessidade do cumprimento de requisitos legais e obrigatórios por parte destes entes beneficiários, como
280 estruturação dos planos de aplicação dos recursos, que devem estar relacionados ao apoio e promoção do
281 uso sustentável dos recursos florestais. Paulo Carneiro invocou a participação dos membros da CGFLOP,

282 para que apoiem o Serviço Florestal Brasileiro na interlocução com estados e municípios, visando a
283 estruturação dos projetos. Iniciando a apresentação sobre a Proposta de Edital de Concessão Florestal da
284 Floresta Nacional do Amana (Lote III), Paulo Carneiro ressaltou que esta era a terceira tentativa de
285 licitação daquela área, dado que não houve interessados para os dois primeiros lotes. Paulo discorreu
286 sobre os aspectos principais relacionados à caracterização da Flona do Amana, como Decreto de criação,
287 aprovação do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC), Unidades de Conservação
288 circunvizinhas e municípios de localização da Flona. Paulo Carneiro destacou que a implementação da
289 agenda das concessões florestais é determinante para o desenvolvimento, principalmente, do município
290 de Jacareacanga, vez que o manejo florestal sustentável é uma das poucas atividades econômicas
291 disponíveis na região. Com relação ao edital de licitação proposto, Paulo Carneiro informou que toda a
292 documentação de suporte (edital e seus anexos) estava disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro,
293 no módulo “Próximas Concessões”, para recebimento de contribuições por parte de toda sociedade. O
294 Diretor discorreu sobre o conjunto de documentos que acompanham o Edital de Concessão da Flona do
295 Amana (Lote II), que incluem a descrição da Floresta Nacional, a apresentação da minuta de contrato, o
296 estabelecimento de critérios técnicos para análise da capacidade de execução do manejo florestal e o
297 resumo executivo dos estudos que subsidiaram a estruturação do edital. Paulo Carneiro informou a
298 proposição de 3 (três) Unidades de Manejo Florestal (UMF) com, respectivamente, 83.889,07 hectares,
299 106.432,29 hectares e 38.465,91 hectares. Citando como exemplo a UMF II, o Diretor apresentou os
300 cálculos utilizados para estratificação da área de efetivo manejo e a produtividade anual estimada, em
301 metros cúbicos. Paulo Carneiro informou o histórico de antropismo da Flona, baseada em levantamento
302 realizado entre os anos de 1985 a 2020, que resultou num apontamento de 1.219,31 hectares com algum
303 tipo de intervenção humana na UMF II, sendo a principal causa a atividade garimpeira. Foram
304 apresentados os mecanismos dispostos para proteção ao uso tradicional da floresta, refletidos,
305 principalmente no Anexo 6 (que relaciona os produtos passíveis de exploração pelo futuro concessionário
306 e a definição daqueles que somente podem ser utilizados após autorização do SFB) e salvaguardas
307 contidas na minuta de contrato (como o direito de acesso das comunidades locais para a coleta de
308 produtos florestais não-madeireiros). Paulo Carneiro destacou a metodologia utilizada pelo Serviço
309 Florestal Brasileiro para definição do Preço Mínimo do Edital (PME), que considera o potencial
310 produtivo de cada UMF, além dos custos financeiros, de produção e, sobretudo, custos de logística.
311 Assim, ficaram propostos os valores de R\$50,00 (cinquenta reais por metro cúbico) para a UMF I;
312 R\$20,00 (vinte reais por metro cúbico) para a UMF II e R\$30,00 (trinta reais por metro cúbico) para a
313 UMF III. Paulo Carneiro apresentou como é realizado o processo de seleção de propostas durante o

314 certame licitatório, que tem início na Fase de Habilitação. Nesta etapa, são analisados os documentos
315 que comprovam a capacidade técnica e a regularidade ambiental, trabalhista, jurídica e financeira das
316 licitantes. As propostas das empresas habilitadas seguem então para avaliação da melhor proposta técnica
317 e maior proposta de preço, nesta ordem. A proposta vencedora é definida em função da maior pontuação,
318 obtida pelo somatório dos pontos das propostas de preço e técnica apresentadas. Paulo Carneiro
319 esclareceu que a proposta técnica é avaliada por meio de indicadores classificatórios, estabelecidos no
320 Edital de Concessão Florestal. Além destes, a minuta do contrato de concessão prevê o mecanismo de
321 bonificação, usado para estimular o aprimoramento das boas práticas de manejo pela empresa vencedora
322 da licitação. Os indicadores de bonificação podem propiciar ao concessionário florestal um desconto
323 percentual sobre o preço contratado para a madeira em tora, concedido em função do desempenho
324 exercido, conforme proposta técnica. Paulo Carneiro discorreu sobre os 5 (cinco) indicadores
325 classificatórios estabelecidos na Proposta de Edital de Concessão Florestal da Flona do Amana (Lote III),
326 que se convertem, após o processo licitatório, em cláusulas contratuais. Atendendo ao critério de Menor
327 Impacto Ambiental, encontram-se propostos os Indicadores A1 (Recuperação de áreas degradadas ou
328 desflorestadas) e Indicador A2 (Investimento na proteção florestal). Para o critério Maior Benefício
329 Social, o Indicador A3 (Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local). Para
330 atendimento ao critério de Maior Eficiência, foi proposto o Indicador A4 (Adoção de inovações técnicas
331 e tecnológicas associadas ao manejo florestal). Por último, para o critério de Maior Agregação de Valor
332 na região da concessão, foi proposto o Indicador A5 (Grau de processamento local do produto florestal).
333 Paulo descreveu sobre a parametrização de cada indicador proposto, reforçando que o Indicador Social
334 (A3) é o que tem maior peso na Proposta de Edital de Concessão Florestal da Flona do Amana (Lote III).
335 Em seguida, o Diretor discorreu sobre os Custos do Edital, que tratam do ressarcimento, à União, dos
336 valores despendidos na elaboração dos estudos técnicos relacionados ao processo de concessão florestal,
337 calculados proporcionalmente à área de cada Unidade de Manejo Florestal. O Anexo de Custos de Edital,
338 historicamente, não é disponibilizado no momento da Consulta Pública, dado que a consolidação destas
339 despesas ocorre em momento mais próximo à publicação da versão final do edital de concessão. Paulo
340 Carneiro apresentou os aspectos gerais relacionados à prestação da garantia contratual, que tem a
341 finalidade de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, além da reposição, ao
342 erário, de eventuais prejuízos causados pelos concessionários florestais. Foram apresentados os
343 elementos que compõem o Regime Econômico Financeiro dos contratos de concessão florestal, que
344 inclui a cobrança trimestral pela produção na Unidade de Manejo Florestal, o estabelecimento do Valor
345 de Referência do Contrato (VRC), cujo cálculo é baseado no potencial produtivo estimado para 1 (um)

346 ano e o pagamento do Valor Mínimo Anual (VMA), a ser exigido dos concessionários florestais,
347 independente da produção florestal. Paulo Carneiro informou as principais projeções do Serviço Florestal
348 Brasileiro quanto ao impacto econômico e social da concessão florestal na Floresta Nacional do Amana
349 (Lote II). Com base nos cálculos efetuados para os Preços Mínimos do Edital, tem-se a expectativa de
350 arrecadação anual de cerca de R\$ 4 milhões (com destinação de aproximadamente R\$ 550 mil ao estado
351 do Pará e R\$ 550 mil aos municípios de Jacareacanga e Itaituba), além da estimativa de geração de 350
352 empregos diretos e 700 empregos indiretos. O Diretor ressaltou os mecanismos utilizados pelo Serviço
353 Florestal Brasileiro para o monitoramento dos contratos de concessão florestal a serem celebrados, que
354 contemplam o acompanhamento constante da produção e das cláusulas contratuais, Sistema de Cadeia
355 de Custódia (SCC) sofisticado e robusto, além do estabelecimento de sanções administrativas, para o
356 caso de eventual descumprimento contratual. Finalizando sua apresentação, o Diretor Paulo Carneiro
357 apresentou o calendário previsto para a implementação da concessão florestal na Flona do Amana (Lote
358 III): publicação do edital (até setembro de 2021), entrega das propostas (novembro de 2021) e assinatura
359 dos contratos de concessão (1º trimestre de 2022). Paulo Carneiro informou que a Consulta Pública estava
360 aberta até o dia 25/06/2021, reforçando ainda os canais de comunicação para recebimento de
361 contribuições acerca da Proposta de Edital, quais sejam, e-mail institucional
362 (amana.lote3@florestal.gov.br) e o link para acesso à Ouvidoria do MAPA (<https://falabr.cgu.gov.br>).

363 **O Sr. DERYCK MARTINS** (Confederação Nacional da Indústria – CNI) registrou sua percepção sobre
364 o avanço constatado para a Proposta de Edital de Concessão da Flona do Amana, sobretudo pela seleção
365 de indicadores técnicos e precificação do material lenhoso residual da exploração. Deryck Martins
366 perguntou como estava a relação do Serviço Florestal Brasileiro com os Conselhos Municipais de Meio
367 Ambiente, questionando se havia ocorrido algum avanço, que propiciasse mecanismos mais céleres de
368 repasse de recursos aos municípios beneficiários.

369 **O Sr. PAULO CARNEIRO MAROSTEGAN E CARNEIRO** (Diretor de Concessão Florestal e
370 Monitoramento) respondeu que ainda há bastante espaço para aprimoramento no processo de utilização
371 dos recursos financeiros provenientes da concessão florestal, por parte de estados e municípios
372 beneficiários. Paulo reforçou que, conforme exposto anteriormente, os recursos têm sido pouco
373 utilizados, ocasionando um saldo considerável entre valores disponibilizados e efetivamente repassados.
374 O Serviço Florestal Brasileiro mantém contato frequente com os Conselhos Municipais e tem prestado
375 todo o apoio necessário, principalmente no esclarecimento de dúvidas e apontamento de bons exemplos
376 de planos de aplicação já estruturados. Paulo Carneiro informou que o estado de Rondônia tem

377 respondido de forma muito favorável, com relação a apresentação de projetos. Para o estado do Pará,
378 naquele momento, a resposta ainda era bastante exígua, apesar da oferta de consultoria técnica para vários
379 dos municípios beneficiários.

380 **O Sr. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
381 Naturais Renováveis – Ibama) parabenizou o Serviço Florestal Brasileiro pela excelência de seu quadro
382 técnico, pela construção do Paof 2022 e implementação das concessões florestais federais, reforçando a
383 disponibilidade do Ibama para o avanço desta agenda. Gustavo Bediaga sugeriu que, para as próximas
384 sessões da CGFLOP, os concessionários florestais sejam convidados a apresentar suas dificuldades,
385 aspectos operacionais, bem como sugestões de melhorias para a política das concessões florestais. Por
386 fim, Gustavo Bediaga sugeriu a criação de uma estratégia de divulgação da proposta do Paof, não
387 somente para a sociedade, mas também para ampliação do conhecimento de órgãos de controle. Gustavo
388 registrou uma experiência muito positiva constatada pelo Ibama recentemente, com a apresentação do
389 modelo do manejo florestal sustentável ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

390 **O Sr. FRANCISCO ITAMAR GONÇALVES MELGUEIRO** (Associação Brasileira de Entidades
391 Estaduais de Meio Ambiente – Abema) parabenizou a pertinência do Informe “Situação dos editais de
392 concessão florestal em andamento”, sugerindo ainda que o acompanhamento sobre a entrega dos estudos
393 técnicos seja compartilhado com os membros da CGFLOP. Francisco Itamar parabenizou também a
394 estruturação da Proposta do Edital de Concessão da Flona do Amana (Lote III), bem como a publicização
395 dos Anexos e documentos de suporte, que facilitam o acesso às informações por parte dos estados. Como
396 contribuição, Francisco sugeriu a criação de mecanismos de apoio, que possam estimular e viabilizar o
397 acesso aos recursos financeiros, provenientes das concessões florestais federais, por parte dos
398 municípios.

399 **A Sra. CRISTINA GALVÃO ALVES** (Coordenadora Geral/SFB) respondeu que o Serviço Florestal
400 Brasileiro tem buscado um diálogo mais proativo com estados e municípios beneficiários do repasse.
401 Cristina Galvão destacou a oferta de assessoria técnica aos municípios, por meio do Projeto Gestão
402 Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, prevista inicialmente para o ano de 2020. Contudo,
403 devido às restrições de acesso impostas pela pandemia do COVID-19, tem-se a previsão de retomada
404 desta agenda para 2021. Cristina Galvão destacou que serão oferecidos aos municípios, além da
405 assessoria técnica, capacitação para a correta formulação dos planos de aplicação e apresentação da
406 documentação obrigatória, que permita a habilitação destes entes ao repasse dos recursos. A

407 Coordenadora informou que todos estes esforços serão explanados na próxima sessão ordinária da
408 CGFLOP.

409 **O Sr. LEONARDO MARTIN SOBRAL** (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - Fboms)
410 enfatizou a relevância da CGFLOP, como órgão consultivo da gestão de florestas públicas, constituindo-
411 se em importante espaço não somente para as manifestações acerca da elaboração do Paof, como também
412 de proposição de diretrizes. Informou que o IMAFLORA, instituição onde trabalha, elaborou documento
413 sobre as contribuições da CGFLOP e que iria compartilhar por email com os membros. Leonardo Sobral
414 ressaltou a importância do conhecimento, por parte de todos os representantes, da Portaria nº 212, de 23
415 de julho de 2008, que aprova o Regimento Interno da Comissão. Finalizando sua manifestação, Leonardo
416 reforçou a necessidade da efetivação do repasse dos recursos financeiros a estados e municípios
417 beneficiários, propiciando assim a real divulgação dos benefícios sociais gerados pelas concessões
418 florestais.

419
420 **O Sr. JORGE SILVEIRA** (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do
421 Pará - Ideflor Bio) questionou se o Serviço Florestal Brasileiro cogitou a possibilidade de aplicação da
422 regra de inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas, durante o processo licitatório.

423 **O Sr. PAULO CARNEIRO MAROSTEGAN E CARNEIRO** (Diretor de Concessão Florestal e
424 Monitoramento) respondeu que o Serviço Florestal Brasileiro compreende como muito salutar a
425 utilização da inversão de fases. Entretanto, a Consultoria Jurídica do MAPA já concluiu pela ausência
426 de respaldo legal neste momento, visto que a nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021, que
427 substitui o texto da Lei nº 8.666/1993 e prevê a inversão de fases) somente começará a vigor em abril
428 de 2023. Paulo Carneiro reiterou que este novo procedimento propiciará maior celeridade aos processos
429 licitatórios, dada a redução no número de documentos a serem analisados pelas Comissões de Licitação.

430 Existe uma previsão de redução na duração dos procedimentos licitatórios de, aproximadamente, 7 (sete)
431 meses para 2 (dois) meses, o que refletirá em ganho de eficiência para a Administração Pública.

432
433 **O Sr. PEDRO ALVES CORREA NETO** (Diretor-Geral/SFB), após constatação de que não haviam
434 mais inscrições para manifestação por parte dos representantes da CGFLOP, abriu o espaço para o
435 pronunciamento de Informes.

436
437 **O Sr. DERYCK MARTINS** (Confederação Nacional da Indústria – CNI) discorreu sobre a dificuldade
438 enfrentada pelos concessionários florestais, no estado do Pará, para a emissão do documento

439 “Autorização de Exportação”, que tem causado atrasos de aproximadamente 30 (dias) e grande
440 congestionamento de cargas. Deryck Martins solicitou o apoio do Serviço Florestal Brasileiro na
441 resolução desta questão, informando que a mesma se encontrava formalizada junto ao Ibama.

442

443 **O Sr. GUSTAVO BEDIAGA DE OLIVEIRA** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
444 Naturais Renováveis – Ibama) solicitou ao Sr. Deryck Martins o encaminhamento, por e-mail, da
445 identificação do Ofício enviado à Superintendência Regional e ao Ibama/ Sede, que formaliza a situação
446 dos atrasos para obtenção da “Autorização de Exportação”.

447

448 **O Sr. JORGE SILVEIRA** (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do
449 Pará - Ideflor Bio) informou que a Proposta de Edital de Licitação para concessão florestal do conjunto
450 de Glebas Mamuru Arapiuns (Lote II), assim como todo material de suporte, encontrava-se disponível
451 para Consulta Pública no site do Ideflor Bio.

452 **A Sra. MARIA JOCICLEIDE LIMA DE AGUIAR** (Rede Acreana de Mulheres e Homens - Grupo
453 Trabalho Amazônico) destacou o avanço do Projeto de Lei que regulariza a concessão de florestas
454 públicas no estado do Acre. Joci Aguiar reforçou a importância da retomada da agenda do manejo
455 florestal comunitário e o quão relevante é a participação dos representantes da CGFLOP na proposição
456 de diretrizes para melhorias no processo da gestão florestal sustentável. Como representante dos
457 movimentos sociais, Joci Aguiar registrou que deve existir o compromisso para geração de renda e
458 utilização dos recursos florestais com sabedoria, sem que seja esquecido o cuidado com o licenciamento
459 e situações de degradação ambiental, citando como exemplo o garimpo.

460

461 **O SR. PEDRO ALVES CORREA NETO** (Vice-Presidente da Comissão e Diretor-Geral/SFB), não
462 havendo mais inscrições, ressaltou que as contribuições ali manifestadas demonstram a evidente
463 disposição das entidades representadas para o aprimoramento dos processos da gestão florestal
464 sustentável. O Diretor-Geral agradeceu a participação de todos os presentes, finalizando a 39ª Sessão
465 Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).